

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA



RELATÓRIO ANUAL DE VISITA TÉCNICA

2023

1. INTRODUÇÃO

O presente documento apresenta o Relatório Anual de Atividades de Visita Técnica (RAVT) da Escola Superior de Guerra, referente ao exercício de 2023, que foi elaborado de acordo com as diretrizes contidas na Instrução Normativa SFC/CGU nº 5, de 27 de agosto de 2021, ao estabelecer a sistemática para planejamento, execução e apresentação de resultados das atividades realizadas pela Assessoria de Controle Interno.

O documento foi dividido em cinco partes: contexto; atividades da ACI; benefícios financeiros e não financeiros; e conclusão, além desta introdução inicial. O tópico “Contexto” aborda o cenário no qual a Assessoria de Controle Interno se insere. O título “Atividades da ACI” detalha todas as atividades que foram desempenhadas ao longo do exercício de 2023. No tópico “Benefícios Financeiros e Não Financeiros” foram apresentados os benefícios advindos das atividades desenvolvidas pela Assessoria. Por fim, a conclusão faz o desfecho do documento.

2. CONTEXTO

A Assessoria de Controle Interno é responsável pelas atividades de controle interno da ESG, além de exercer as competências de Governança e Integridade. Para o desempenho de suas funções, conta com uma força de trabalho de dois militares. Importante mencionar, por oportuno, que as áreas de gestão e atividade de apoio cuidam do suporte a todas as áreas finalísticas e não somente da atividade de inspeção.

A ACI é responsável pela prestação de serviços independentes e objetivos de avaliação e de consultoria, desenvolvidos para adicionar valor e melhorar as operações da organização e reúnem as prerrogativas de gerenciamento e de operacionalização da atividade de inspeção no âmbito da Escola

Superior de Guerra.

A Assessoria de Controle Interno está posicionada na segunda linha de defesa do Poder Executivo Federal. Nesse diapasão, o Relatório Anual de Visita Técnica é um dos documentos que materializa a apresentação dos resultados das atividades previstas no Plano Anual de Visita Técnica (PAVT) e foi elaborado contendo: o demonstrativo da alocação efetiva da força de trabalho durante a vigência do PAVT; a posição sobre a execução das Visitas Técnicas, relacionando aquelas finalizadas, não concluídas, não realizadas e realizadas sem previsão no PAVT; a descrição dos fatos relevantes que impactaram a execução das inspeções e o demonstrativo do valor dos benefícios financeiros e não financeiros.

Assim sendo, este Relatório demonstra, por categoria de atividades, os resultados alcançados na execução do PAVT 2023 detalhando, inclusive, os benefícios financeiros e não financeiros oriundos dessas atividades.

3. ATIVIDADES DA ACI

No que tange ao exercício de suas atividades como Assessoria de Controle Interno, alocou sua força de trabalho nas seguintes categorias de atividades, conforme demonstrado no quadro abaixo.

Quadro1: Alocação da força de trabalho em horas homem (HH)¹

ALOCAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO (HH)	
Serviços de Inspeção	4.536
Capacitação dos Inspetores	880
Monitoramento de Recomendações	2.226
Gestão Interna e Melhoria da Qualidade	6.286
Demandas Extraordinárias (Reserva Técnica)	1.543

¹ O total de horas homem por tarefa se obtém multiplicando o número de pessoas atribuídas a uma tarefa pelo tempo que demoram a completá-la.

A partir dessa alocação, prevista no PAVT referente ao exercício de 2023, a Assessoria de Controle Interno deu efetividade às atividades conforme demonstrado nos tópicos que se seguem.

a. Serviços de Inspeção

Sobre o tema, vale a pena mencionar que a avaliação e a consultoria são dois serviços típicos da atividade de inspeção interna, realizados pela Assessoria de Controle Interno. A avaliação pode ser definida como a obtenção e a análise de evidências com o objetivo de fornecer opiniões ou conclusões independentes sobre um objeto de inspeção. O serviço de consultoria é uma atividade que consiste em assessoramento, aconselhamento e outros serviços relacionados, fornecidos à alta administração com a finalidade de respaldar as operações da unidade.

A tabela elencada a seguir demonstra os objetos selecionados para o exercício de 2023 com a posição sobre a execução dos serviços de inspeção, relacionando aqueles finalizados, não concluídos, não realizados e realizados sem previsão no PAVT.

Tabela 1: Serviços de inspeção selecionados no PAVT 2023

ID	TIPO DE SERVIÇO	OBJETO INSPECIONADO	OBJETIVO DA INSPEÇÃO	ORIGEM DA DEMANDA	HH	% EXECUTADO
----	-----------------	---------------------	----------------------	-------------------	----	-------------

1	Avaliação da Gestão	Exame das peças que instruem os processos de tomada ou prestação de contas.	Avaliar os resultados esperados e alcançados, em face do desempenho dos gestores.	Avaliação de Riscos	1080	100%
2	Avaliação da Gestão	Exame da documentação comprobatória dos atos e fatos administrativos.	Avaliar a conformidade das providências adotadas pelos gestores.	Avaliação de Riscos	784	100%
3	Avaliação da Gestão	Sistemas de controle administrativo e contábil.	Avaliar a eficiência dos controles administrativos.	Avaliação de Riscos	980	100%
4	Avaliação Operacional	Programas e atividades.	Avaliar os resultados operacionais e a execução dos programas, quanto à economicidade, eficiência e eficácia.	Avaliação de Riscos	612	100%

Dentre as ações realizadas, merece destaque o monitoramento contínuo dos seguintes processos: de licitações e contratos; da gestão de material e de bens móveis e imóveis; da execução do PGCO; e dos Planos Estratégicos da ESG. As análises geraram oportunidades de melhorias na conformidade e economicidade das contratações. No que tange à avaliação do risco de integridade, as análises dos dados foram realizados por demanda, tendo em vista que a temática de integridade ainda se encontra em fase embrionária.

b. Capacitação dos Inspectores

No que tange à previsão de horas para capacitação, a IN SFC/CGU nº 5/2021 determina que a alocação de horas para atividades de capacitação deve considerar o quantitativo mínimo de 40 horas anuais para cada auditor, incluído o titular da unidade, em treinamentos, cursos de pós graduação *lato e stricto sensu* e eventos compatíveis com a atividade de auditoria, o universo de auditoria e as competências requeridas dos auditores.

Conforme verificado no PAVT 2023, foram destinadas cargas horárias de capacitação EAD na ENAP, no entanto somente o Assessor de Controle Interno participou presencialmente do Curso de Licitações e Contratos na ESG e do Seminário de Controle Interno promovido pelo Centro de Controle Interno da Aeronáutica, em Brasília, onde foram tratados diversos assuntos de grande interesse da Administração Pública com ênfase nas Três Linhas de Defesa.

c. Monitoramento de Recomendações

O monitoramento se constitui na fase posterior ao encerramento das fases de planejamento, execução e comunicação dos resultados de uma inspeção. Essa fase se caracteriza pelo trabalho de verificar se a gestão está implementando ou implementou as medidas propostas pela equipe de Visita Técnica para sanar as inconformidades encontradas ou para aprimoramento da gestão. Essa atividade deve ser realizada de modo contínuo para garantir a efetividade do trabalho de inspeção.

Nesse ponto cabe esclarecer que a ACI envidou esforços juntamente com a Ciset para implantação do Sistema e-Aud. O sistema substitui o Sistema de Execução e Monitoramento das Ações de Controle (SEMACE) e será utilizado para realizar as ações de planejamento, execução e monitoramento de recomendações quando da realização das avaliações e consultorias.

d. Gestão Interna e Melhoria da Qualidade

A gestão interna pode ser entendida como todas as atividades de suporte que viabilizam o gerenciamento eficaz de uma ACI. Como exemplo, podem-se destacar as atividades concernentes à assessoria, gabinete, apoio administrativo, entre outras.

Uma importante ação tomada na melhoria da gestão interna foi a publicação do Plano de Integridade, delineando as instâncias das estruturas que apoiam a boa governança institucional, sendo responsável por definir ou avaliar a estratégia e as diretrizes que garantem as melhores práticas, bem como monitorar a conformidade e desempenho da Escola Superior de Guerra, agindo nos casos que forem encontrados desvios.

Outra ação que merece destaque foi a exigência do mapeamento dos processos de trabalho das áreas finalísticas, permitindo uma visão sistêmica e o gerenciamento por processos, buscando como resultado documentar, perpetuar e difundir o conhecimento; padronizar a execução das atividades; reduzir defeitos e desperdícios; aumentar a produtividade e capacidade; melhorar qualidade; reduzir riscos; e aperfeiçoar a estrutura organizacional.

Além das ações de suporte concernentes às atividades de apoio administrativo e atividades de gabinete, as iniciativas referentes à gestão da qualidade tiveram importantes avanços, sendo responsáveis por promover uma cultura que resultou em comportamentos, atitudes e processos que proporcionaram a entrega de produtos de alto valor agregado, atendendo às expectativas das partes interessadas.

e. Demandas Extraordinárias (Reserva Técnica)

As demandas extraordinárias podem ser definidas como sendo os trabalhos que surgem durante a execução do PAVT, mas que não estavam previstos. Dessa forma, uma vez consideradas importantes pela ACI, as demandas extraordinárias podem ser incorporadas ao PAVT em execução. Para tanto, deve-se definir uma reserva técnica de horas em função do histórico de demandas recebidas.

De acordo com o Quadro 1, foi destinado a essa atividade o total de 1.543 horas. Foram realizadas as seguintes ações: a avaliação da execução do PGCO 2023, a prestação de consultoria para a elaboração de processos licitatórios, acompanhamento das respostas das demandas do FALA BR e o monitoramento dos relatórios da DICONTE, quanto ao saneamento das contas contábeis com saldos alongados.

4. BENEFÍCIOS FINANCEIROS E NÃO FINANCEIROS

Segundo o “Manual de Orientações Técnicas da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal”, as UAIGs devem adotar sistemática de quantificação e registro dos resultados e dos benefícios financeiros e não financeiros decorrentes de sua atuação. O registro desses benefícios possibilita que os resultados efetivos dessa atividade sejam apropriados tanto no âmbito interno das organizações públicas (pela própria unidade de auditoria, pela alta administração, etc.), quanto no âmbito externo (pela sociedade, que é a financiadora e a usuária dos serviços prestados pelo poder público). Constitui, portanto, uma forma de prestação de contas à sociedade dos resultados alcançados e, conseqüentemente, dos recursos empregados nas suas atividades.

O manual aborda dois tipos de benefícios, os benefícios financeiros (BF), cujos numerários são auferidos a partir de valores recuperados ou gastos indevidos evitados, e os benefícios não financeiros (BNF), são aqueles que, embora não sejam passíveis de serem medidos em valores monetários, representam impactos positivos na gestão pública de forma estruturante como, por exemplo, melhorias gerenciais, melhoria nos controles internos ou aprimoramentos de normativos e processos.

Em relação aos benefícios financeiros foi apurado o valor de mais de 20 mil reais, em relação a crédito de passagens aéreas e mais de 50 mil reais, referentes a melhorias promovidas nos processos de contratação pela realização das Visitas Técnicas.

Quanto aos benefícios não financeiros foram registrados aprimoramentos nos processos internos com repercussão estratégica, bem como na gestão tática e operacional.

5. CONCLUSÃO

Os órgãos e entidades da Administração Pública Federal devem atuar sempre pautados pela legalidade e alinhados ao interesse público. Para tanto, devem exercer o controle permanente sobre seus próprios atos, considerando o princípio da autotutela. Assim, fazem parte da responsabilidade da alta administração das organizações públicas, sem prejuízo das responsabilidades dos gestores dos processos organizacionais e das políticas públicas nos seus respectivos âmbitos de atuação, o estabelecimento, a manutenção, o monitoramento e o aperfeiçoamento de seus controles internos.

Nesse contexto, a ACI apoiou os setores da ESG na estruturação e no efetivo funcionamento de seus controles internos por meio da prestação de serviços de consultoria e avaliação dos processos de governança, gerenciamento de riscos e controles internos.

Diante disso, a ACI tem desempenhado um importante papel em sua atuação aumentando e protegendo o valor organizacional dos integrantes da ESG. Esse importante papel pode ser objetivamente comprovado por meio da apuração dos benefícios financeiros e não financeiros apresentados no tópico anterior.

Portanto a realização das atividades de Visita Técnica fornece garantia razoável de que a atuação da gestão dos setores que integram a estrutura da Escola Superior de Guerra, nos processos avaliados, está pautada nos princípios da legalidade e do interesse público.

ELABORADO POR

WILSON CHAVES COSTA Cel Int R/1

Assessor de Controle Interno

APROVO

General de Brigada HIMARIO BRANDÃO TRINAS

Subcomandante



Documento assinado eletronicamente por **Himario Brandão Trinas, Subcomandante**, em 18/12/2023, às 10:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Chaves Costa, Assessor(a)**, em 18/12/2023, às 11:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, o código verificador **6737983** e o código CRC **030C7100**.